

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

JÚNIOR; Osvaldo Galdino dos Santos ¹, PASSOS; Thaiana Ferreira dos ²

RESUMO

INTRODUÇÃO

Partindo de linhas mais gerais, compreende-se que educação inclusiva supõe que o objetivo da inclusão educacional seja eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidade (Ainscow, 2009). Assim, segundo o autor supracitado, a inclusão no âmbito educacional pode ser compreendida em diferentes aspectos, a saber: 1) a inclusão referente as pessoas com deficiência; 2) inclusão como respostas a exclusões disciplinares; 3) inclusão de grupos vulneráveis; 4) inclusão como forma de promover escolas para todos; 5) inclusão como educação para todos; e 6) inclusão como abordagem de princípios à educação.

Diante desse aspecto introdutório, traça-se como objetivo deste escrito caracterizar práticas pedagógicas de educação inclusiva do componente curricular Educação Física que inclua em suas aulas os alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

O desenvolvimento deste texto desdobrou-se em quatro seções, divididas em introdução, metodologia, referencial teórico e considerações finais.

METODOLOGIA

Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, a qual segundo Marconi e Lakatos (2010) abrange toda bibliografia sobre o objeto de estudo já tornado público como livros, revistas, pesquisas, monografias, teses, dentre outros cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito em relação ao tema de estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, em todo território nacional, ampliou-se a oferta de vagas e a democratização do acesso às escolas públicas de educação básica, com o aumento do quantitativo de alunos/as PAEE. Esse crescimento, sem dúvida, representa um grande avanço para a escolarização dessas pessoas, principalmente se considerarmos que no Brasil até os anos de 1980, um passado recente, ainda sob o discurso da integração escolar, era recorrente a recusa da matrícula desses/dessas alunos/as, sob o argumento de que a escola não estava preparada para receber e trabalhar com esse público (Solange, 2020).

Ao longo do tempo a Educação Física promoveu práticas pedagógicas excludentes, na medida em que centrou-se na aquisição do gesto técnico sobretudo de modalidades esportivas, aptidão física, no saber-fazer. No entanto, é necessário superar a ênfase na aptidão física para o rendimento padronizado decorrente desse referencial conceitual e caracterizar a Educação Física de forma mais abrangente, como uma prática pedagógica que atenda as pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação na perspectiva da educação inclusiva.

Ao debater educação inclusiva é inegável fazer um apanhado histórico sobre as lutas traçadas por quem defende práticas inclusivas e o acesso aos espaços educacionais em quais as Pessoas com Deficiências (PcD) devem ocupar, desde a criação de documentos como a Declaração de Salamanca (1994), à criação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a qual visa proporcionar amparo legal no combate ao capacitismo e a segregação. Garante também que as pessoas com deficiência

¹ SEDUC-PA, osvaldo.junior@escola.seduc.pa.gov.br

² UEPA, thaiana.passos@yahoo.com.br

não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência, além das adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais.

Para Freire (1999) a educação é a ponte para a construção da cidadania, tendo na democracia a base para sua efetivação. No entanto, mesmo que a educação inclusiva esteja colocada há tempo de forma documental através de leis, as escolas ainda reproduzem um sistema de hierarquização no processo de formação dos sujeitos. Assim colocado as escolas devem propiciar ambientes formativos onde debatam a problematização pelos quais os processos de formação acontecem.

A educação inclusiva é para quem de um paradigma educacional, é uma condição necessária para proporcionar a garantia de acesso a qualidade de vida, a qual todos possuem direito, pois sabe-se que o acesso a educação e o direito ao aprender é garantido em constituição sendo prevista a todos os cidadãos nacionalmente, devendo o Estado e a família assegurar esse acesso.

Para que a educação escolar inclusiva vise uma eficácia é necessário que a formação de professores e gestores se dê de maneira contínua, mantendo-se atualizada e adequada quanto as demandas da mesma. A escola dessa forma será vista como um espaço de fato inclusivo a partir do momento em que o aluno com necessidades especiais se torna sujeito de direito passando a ser o foco de toda a movimentação em torno do planejamento das ações educacionais garantido assim um caminho de participação do qual o aluno se sinta participativo e possa colaborar para que o seu aprendizado seja contínuo e pleno.

Assim para que a inclusão ocorra nas aulas de Educação Física, esse importante componente curricular da educação básica, deve-se ter como finalidade que também o PAEE seja capaz de compreender as práticas corporais no plano da cultura corporal como linguagem historicamente construída e presente nas manifestações culturais como brincadeiras, ginásticas, jogos, esportes, danças e lutas (Soares *et al.*, 1992). O/a aluno/a, a seu modo e em seu tempo, a partir da mediação do/a professor/a, deve poder agir sobre os objetos e reconhecer suas propriedades, identificar suas variadas possibilidades de utilização individual e coletiva.

Outro aspecto igualmente importante é o vínculo afetivo construído entre os alunos, com e sem deficiência, e entre estes e o professor ou professora, favorecendo a desconstrução da ideia de incapacidade das pessoas com deficiência; uma vez que a partir dos pressupostos pedagógicos a ênfase está nas possibilidades e não nas supostas limitações. Sendo assim, a inclusão depende do entendimento e da ação de professores e professoras para que os alunos com deficiência tenham a oportunidade de evoluir e mostrar suas capacidades de aprender e se relacionar.

A prática pedagógica favorecedora da inclusão escolar deve primar por estratégias e procedimentos de ensino que superem a repetição técnica e mecânica de um gesto, um movimento, sem que o/a aluno/a compreenda seu sentido e significado. Essa superação passa pelo planejamento do coletivo de professores e do trabalho com o PAEE e seus pares, o público não alvo da Educação Especial.

No ato de planejar deve-se considerar a realidade escolar, lugar onde as coisas acontecem e no qual o/a professor/a constitui-se e cria sua identidade enquanto profissional da Educação e enquanto sujeito humano em constante construção e transformação que ao agir, determina/transforma e é determinado/transformado.

Cabe dizer que os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. Ao pensar em uma educação na qual é proposto um ensino universal, deve-se compreender que os modelos padronizados de ensino não consideram a realidade dos alunos deficientes assim como não levam em consideração a realidade do ambiente ao qual vivem (Mantoan, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa conclusiva, uma educação escolar inclusiva deve considerar o pleno desenvolvimento do aluno para que esse possa entender seu senso de dignidade e proporcione o reconhecimento da

¹ SEDUC-PA, osvaldo.junior@escola.seduc.pa.gov.br

² UEPA, thaiana.passos@yahoo.com.br

sua autoestima para que consiga alcançar o máximo desenvolvimento de sua personalidade e suas habilidades tanto físicas quanto mentais.

É preciso considerar que a escola não é somente um ambiente onde o aluno aprenderá a fazer contas e conjugar verbos, mas também é um espaço de troca onde ocorre a integração e a socialização de ideias entre alunos, professores e demais indivíduos que corroboram para a construção escolar, propiciando assim a dinâmica favorável a construção social cognitiva e emocional do aluno.

Nesse sentido e para finalizar, os professores de Educação Física para promover aulas inclusivas devem a partir das diferenças e necessidades de todos/as os alunos/as, pensar, construir e planejar conteúdos, estratégias e procedimentos de ensino que respeitem o tempo de aprender de cada aluno/a, sem a necessidade de todos/as, realizarem as mesmas atividades, da mesma forma e ao mesmo tempo, ainda que seja no mesmo espaço físico. Esse pode ser o caminho para superar as dificuldades encontradas pelo/a professor/a e garantir práticas docentes inclusivas na Educação Física Escolar.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a escola inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada? *In*: FÁVERO, Osmar *et al.* (org.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009. p. 11-23.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SOLANGE, R. L. Formação inicial e práticas docentes inclusivas em educação física escolar. *In*: VARGAS, L. S.; LARA, L., ATHAYDE, P. (org.). **Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 Anos de CBCE**: inclusão e diferença. Natal: EDUFRRN, 2020. p. 39-47.

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Educação Especial, Educação Física Escolar

¹ SEDUC-PA, osvaldo.junior@escola.seduc.pa.gov.br

² UEPA, thaiana.passos@yahoo.com.br